

Introdução

Esta pesquisa teve seu princípio durante minha iniciação científica quando realizava estudo sobre a disciplina de “Canto Orfeônico” no ensino secundário do Estado de São Paulo no período de 1930 a 1960.

No correr da pesquisa, pude perceber como a disciplina “Canto Orfeônico” atrelou-se a outras práticas de inovação educacional e do projeto político nacionalista vigente na época. Entre tais práticas destacam-se, a propósito, as defesas e iniciativas de introdução do cinema educativo no ensino público primário e secundário. A questão da implantação do Cinema Educativo como recurso de modernização do ensino logo despertou meu interesse o qual foi se tornando cada vez maior à medida que fui aprofundando meus conhecimentos em torno da história das disciplinas escolares e da cultura escolar. Visto como meio auxiliar de ensino e também como tecnologia veiculadora de saberes e valores, o cinema educativo entrecruza Arte e meio de comunicação com o domínio dos objetos materiais das práticas escolares.

Conforme afirma Souza (1998) é preciso considerar, na história da institucionalização da escola primária bem como da cultura escolar nela configurada, a história da cultura material escolar. Como ressalta a autora, a renovação do ensino primário paulista, durante a Primeira República, associou a adoção de métodos inovadores de ensino, tais como o método intuitivo e o método analítico, à utilização abundante de novos materiais didáticos.

(...) no processo de renovação da escola primária no século XIX, esses materiais fizeram parte das grandes questões tematizadas acerca da organização pedagógica do ensino. A profusão de materiais escolares e a sua diversidade relacionam as novas teorias pedagógicas com o desenvolvimento de tecnologias de produção desses materiais escolares com vista a atender a um mercado em expansão. (...)

Introdução

É preciso, portanto, ver nos objetos escolares algo mais que um utilitarismo insignificante. Como assinala Escolano (1990), eles manifestam um certo modo de entender e praticar o ensino, além de instituírem um discurso e um poder, eles informam valores e concepções subjacentes à educação e são tomados às vezes como possibilidade e limite do processo ensino-aprendizagem. Compreendem, pois, um aspecto significativo da cultura escolar (Souza, 1998, p. 223).

Percebe-se, dessa forma, como os materiais escolares, também denominados “meios auxiliares do ensino” ou “recursos de ensino” estiveram sempre no discurso pedagógico atrelados à otimização do trabalho docente e à inovação educacional. Se no final do século XIX recursos como o livro didático, o caderno, o quadro negro, os museus escolares, mapas, globos e equipamentos para laboratórios para o ensino de ciências físicas e naturais consistiam em objetos materiais mais modernos para a escola primária, no início do século XX, novas tecnologias foram colocadas à disposição dos discursos em prol da modernização educacional.

De acordo com Simis (1996):

No período anterior a 1930, o cinema, depois da imprensa, era o meio de comunicação mais importante e, por isso, não causa surpresa o fato de que a idéia de utilizá-lo como meio de auxiliar o ensino já tivesse seus defensores antes mesmo que Fernando de Azevedo propusesse em 1928 a reforma do ensino, cujo programa de reorganização geral incluía o cinema educativo. (p.25)

Com a finalidade de “colocar ao alcance da escola as conquistas da técnica moderna, no campo da cinematografia e do rádio” em São Paulo, o Serviço de Rádio e Cinema Educativo foi instituído pelo Código da Educação em 1933. No artigo 123 é anunciado que “Os estabelecimentos de ensino primário e secundário instalarão aparelhos de cinematografia, episcopia, diascopia e rádio, quando o permitirem as condições dos respectivos prédios”. Ficava estabelecido, portanto, no parágrafo 1º que a instalação dos aparelhos de cinema ou rádio, pelos estabelecimentos de ensino públicos, só poderia acontecer mediante autorização do Departamento de Educação.

De posse dessas informações vi-me mergulhada em um universo repleto de indagações. Em que medida tais iniciativas foram efetivadas na rede pública

de ensino paulista? Quais as contribuições que o cinema educativo trouxe para a renovação do ensino primário? Quais os tipos de saberes veiculados nesse meio tecnológico auxiliar do ensino? Como a produção didática tratou esses novos recursos de ensino?

Havia chegado o momento de expandir a coleta em diversos arquivos em busca de indícios que gerassem inúmeras outras pistas e um dos consultados foi o *Arquivo do Estado de São Paulo* no qual localizei o *corpus documental* que norteou minha pesquisa, a saber: sessenta e sete (67) relatórios da Instrução Pública (Delegacias Regionais de Ensino-SP).

À medida que verificava novos indícios, ia em busca de outros acervos tentando montar o quebra-cabeça: Cinemateca Brasileira; Museu da Imagem e Som; Centro de Referência em Educação “Prof. Mario Covas”; Centro do Professorado Paulista “Instituto de Estudos Educacionais Sud Mennucci”; Acervo da Escola Caetano de Campos; Biblioteca da Faculdade de Educação (FE-USP) nos acervos “Macedo Soares” e “Paulo Bourrol”; Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica (PUC – SP); Instituto de Estudos Brasileiro (IEB-USP); Escola de Comunicação e Artes (ECA-USP); Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV).

Além dessas visitas de campo contatara algumas Secretarias de Educação e Delegacias Regionais de Ensino do Interior do Estado de SP com o intuito de complementar minha coleta de dados, mas, infelizmente a notícia que recebia era de que a documentação pertencente ao período dos anos de 1930 e 1940 não existia mais, sendo, em muitos casos incinerada por falta de local para armazenamento. Tentei, igualmente, obter acesso à documentação do Arquivo Intermediário do Estado de São Paulo, mas foi sem êxito.

Que caminho tomar em meio à quantidade reduzida de documentação primária sobre o tema Cinema Educativo em São Paulo? Foi, então, no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro, que localizei a documentação referente à elaboração, implantação e funcionamento do Instituto Nacional de Cinema Educativo (I.N.C.E.)¹, instituído em 1937. Com a

¹ Tratarei do funcionamento desse órgão no capítulo I e apresentarei alguns de seus documentos em anexo para facilitar a compreensão da implantação e funcionamento do serviço de Cinema Educativo no país, principalmente em São Paulo. Os acervos

apreciação da documentação pude conduzir minhas buscas de forma a tentar compreender o funcionamento do Serviço de Cinema Educativo também no Estado de São Paulo.

Após verificar a relação de filmes editados pelo I.N.C.E., entrei em contato com a Cinemateca Brasileira-SP e procurei localizar em seu acervo alguns dos filmes descritos na documentação do próprio INCE assim como os evidenciados no *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo* (1935-1936) como “Films da Filmotheca da Directoria do Ensino”. Busquei, também, informações sobre os títulos registrados em uma relação apresentada no Relatório da Delegacia Regional de Ensino de São Carlos (1933). Tive o cuidado de selecionar principalmente aqueles que foram utilizados aqui em São Paulo, mas não obtive sucesso, o cadastro aparece no banco de dados, no entanto, eles não possuem a guarda do material.

Consultei outro acervo, o da Escola *Caetano de Campos*, mas apenas localizei alguns fragmentos de filmes que não abarcavam o período delimitado para esta pesquisa. Na visita ao acervo aproveitei para consultar alguns rolos do “cineminha”² e tentar entender a prática de sua construção.

Após essas verificações, repensei o recorte temporal e, finalmente, delimito o período em 1933-1944 devido à escolha do *corpus documental* que compreende os Relatórios das Delegacias Regionais do Ensino do Estado de São Paulo.

Em meio a tantos questionamentos selecionei, ainda, um referencial bibliográfico composto por dissertações, teses, revistas educacionais, revistas temáticas, jornais e literatura especializada.

A tópica do cinema educativo não é nova, pesquisas sobre a questão já foram realizadas por autores como Araújo (1939); Franco (1987); Antonacci (1993); Vidal (1994) e Telles (1995). O papel do Estado no movimento de implantação do Cinema Educativo foi abordado por Almeida (1993); Simis (1996); Mate (1998) e Saliba (2001). Saliba, ainda, tratou de aspectos do

consultados foram: Gouvêa Filho, P. (Ministério da Educação e Saúde Pública); AT Kelly, C; Gustavo Capanema (Ministério da Educação e Saúde Pública); Gabinete do Ministro (Ministério da Educação e Saúde Pública); Lourenço Filho; Instituto Nacional de Cinema Educativo (I.N.C.E.).

² Abordarei essa temática no capítulo III.

Cinema Educativo de “Canuto Mendes” no período de 1922-1931; Schvarzman (2004) pesquisou a produção de Humberto Mauro no Instituto Nacional de Cinema Educativo (I.N.C.E.). As relações entre Cinema e História foram objeto de estudo de Morettim (1994; 2001). Abreu (1999) pesquisou sobre a presença do Cinema Educativo na “Escola Caetano de Campos”, em São Paulo. Desses trabalhos, o de Morrone (1997) foi o que mais se acercou das práticas pedagógicas, dando destaque ao pensamento Católico.

No campo da História do cinema, propriamente dito, localizei um variado material historiográfico. Algumas obras enfocam aspectos históricos do cinema brasileiro: Neves (1966); Pereira (1973); Bernardet (1979); Bernardet e Ramos (1988), Ferro (1992); Viany (1993) entre outros. Galvão (1975) fez um trabalho calcado em depoimentos (memória) de “pioneiros” do cinema com a intenção de ampliar a visão acerca do cinema paulista. A Legislação Cinematográfica é discutida por Mello (1972; 1978). Quanto à temática filme/cinema educativo, temos obras de autores como Serrano e Venâncio Filho (1930); Almeida (1931); Araújo (1939) e Laurito (1962). Destas há que se destacar a obra de Almeida (1931) que aborda a temática com certa amplitude. Essas obras aparecerão nos próximos capítulos à medida que se mostrarem pertinente às análises.

Portanto, esta pesquisa teve por objetivo identificar e analisar as iniciativas do Estado de São Paulo na difusão do Cinema Educativo nas escolas públicas primárias de 1933 a 1944. Considerou-se as finalidades apresentadas para a adoção de tal tecnologia de ensino, a infraestrutura para sua utilização assim como a divulgação de filmes. Buscou-se constatar a circulação de saberes e indicações pedagógicas para o uso desse recurso de ensino, tentando, assim, perceber as práticas escolares. Em meio às transformações ocorridas no período marcado pela modernização do ensino, este estudo pretendia, ainda, compreender a forma pela qual o Cinema Educativo contribuiu para a configuração da cultura escolar paulista. Nesse sentido, chamo a atenção para os estudos sobre a história da escola primária dando ênfase à relação entre a cultura escolar, a inovação educacional e a circulação de modelos pedagógicos.

Para esta pesquisa foram utilizadas, ainda, as seguintes fontes:

- ◆ **Documentos oficiais:** Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo, Anuários do Ensino do Estado de São Paulo, Programas do Departamento de Educação; Relatórios dos Delegados de Ensino do Interior de São Paulo; Publicações do Departamento de Educação; Circular da Diretoria do Ensino de São Paulo; Boletim de Educação Pública do Distrito Federal e Documentação do Instituto Nacional de Cinema Educativo (RJ).
- ◆ **Periódicos:** Revista do Cinema Educativo (órgão oficial da Sociedade Cine Educativa Brasil Ltda.); Revista Brasileira de Pedagogia; Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos; Revista de Educação e Revista do Professor.
- ◆ Ensaio e livros sobre a história do cinema e cinema educativo;
- ◆ Rolos do “Cineminha” pertencentes ao Acervo da Escola *Caetano de Campos*;
- ◆ Relação de Filmes da Cinemateca Brasileira-SP.

O interesse em promover o cinema educativo como um meio “auxiliar” de educação e cultura esteve presente em muitos discursos, publicados nas mais variadas revistas educacionais e especializadas, além de permear as páginas de jornais de circulação estadual e nacional.

Como pensar a incorporação da Inovação Pedagógica e Inovação Tecnológica? Quais os problemas enfrentados pelas escolas e como procedem na busca por soluções?

É relevante tentar entender como o cinema educativo modificou o espaço e tempo escolares. Como a escola se organizou para realizar as sessões educativas e recreativas, qual linguagem precisou ser adotada para que os saberes fossem veiculados de forma clara? Em vista disso que se optou por dividir a dissertação em três capítulos.

No primeiro capítulo, contextualizo a história do Cinema Educativo no Brasil e apresento momentos que contribuíram para a organização da cinematografia educativa. Com o intuito de ampliar a compreensão disso, discorro sobre a constituição do Instituto Nacional de Cinema Educativo e suas

Introdução

diretrizes para a implementação do recurso áudio-visual nas escolas primárias paulistas.

No Capítulo II perpasso diferentes significados atribuídos ao cinema educativo, percepções desenvolvidas nos embates ocorridos na época, por educadores, imprensa, igreja católica e órgãos oficiais interessados nesse meio de comunicação. Penso a Escola Primária Paulista como um campo propício à inovação pedagógica, embasada em documentação normativa apresento o Serviço de Cinema Educativo em São Paulo, atentando para a sua materialidade. Utilizando-me de Relatórios das Delegacias de Ensino do Interior do Estado de São Paulo (1933-1944) discorro sobre a implementação deste recurso em escolas do interior do Estado.

No terceiro capítulo realizo um estudo sobre as práticas pedagógicas geradas pelo uso do cinema educativo, discorro sobre sua utilização em meio escolar, evidenciando a circulação de modelos e a escolarização de saberes, acercando-me da cultura escolar paulista.